



## ENTRE CANTIGAS E CRÔNICAS, A IDENTIDADE DO REI DOM DINIS

Ana Luiza Mendes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a analisar a construção da identidade do rei Dom Dinis (1279-1325), através da relação da sua composição trovadoresca e do discurso que dele se fez na Crônica de Dom Dinis, de autoria de Rui de Pina. Sua produção cultural não estava dissociada da faceta do poder podendo ser utilizada não só como meio de divertimento, mas também como forma de transmissão de valores pertinentes à afirmação do poder real, assim como às de relações sociais. Por sua vez, a crônica nos fornece informações sobre como uma identidade é construída, transmitida e utilizada como forma de legitimação do poder monárquico a partir da utilização do passado como elemento de fundamentação da monarquia e também das qualidades pertinentes a um bom rei.

**Palavras-chave:** Trovadorismo, Identidade, Dom Dinis, Crônica

**Abstract:** This study aims to analyze the construction of the identity of King Dinis (1279-1325), through the relationship of their composition as troubadour and the speech that it was made in the Chronicle of Dom Dinis, authored by Rui de Pina. Cultural production was coupled facet of power can be used not only as a means of entertainment but also as a way of transmitting relevant to the assertion of royal power values, as well as the social relations. In turn, chronic provide us information about how identity is constructed, transmitted and used as a form of legitimation of monarchical power from the use of the past as a foundation element of the monarchy and also the relevant qualities to a good king.

**Keywords:** Galician-Portuguese lyric, Identity, King Dinis, Chronicle

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História – UFPR. E-mail para contato: [analuizam982@gmail.com](mailto:analuizam982@gmail.com)

A discussão sobre o conceito de Identidade é um tema de extrema pertinência para a História, uma vez que está em constante (re)atualização tendo em vista as diversidades de apreensões, modificações, utilizações e construções a que está sujeita ao longo dos anos. Da mesma forma, o conceito é extremamente complexo, não só pelas variadas formas de discussões que suscita, mas também por carregar em si uma variada possibilidade de compreensão do seu significado.

Marcus Cruz (2008) identifica, em dois autores, cinco conceitos pertinentes ao tema. Para Stuart Hall existem três concepções de identidade: a do sujeito iluminista, de caráter individualista; a do sujeito sociológico, formada a partir da relação com outras pessoas que fazem a mediação entre os valores, os sentidos e os símbolos do ambiente cultural em que estão inseridos, dialogando com diferentes mundos culturais e diferentes identidades; e a do sujeito pós-moderno, que defende a ideia de uma identidade fragmentada ou, ainda, a existência de várias identidades no indivíduo.

Os demais conceitos são trabalhados por José Carlos Reis, que divide a identidade nos conceitos essencialista e não-essencialista. O primeiro diz respeito a uma identidade unificada, em que o sujeito tem consciência de si como um ser racional. A segunda defende a ideia de que a identidade é construída historicamente por meio do discurso e das relações práticas.

É possível visualizar que os conceitos de identidade do sujeito sociológico e não-essencialista convergem para o fato de que a identidade não é inata, mas uma construção histórica que nutre-se do ambiente em que o indivíduo vive e das relações pessoais e sociais às quais está sujeito. De fato, analisando certos discursos sobre o que definimos como identidade será possível verificar que eles estão vinculados às relações que as pessoas mantêm com o seu território, ou seja, o ambiente realmente físico em que vivem e, ainda, com as outras pessoas que ali habitam e com outras que ali chegam.

Assim, podemos verificar que muitos discursos sobre as identidades perpassam pela relação perante ao outro, relacionada, portanto, ao conceito de identidade sociológico e não-essencialista. Além de construir a sua própria identidade, ou a identidade de um povo, o discurso constrói a identidade do outro. O outro que é distinto. A identidade é, pois, definida a partir da diferença.

Esta concepção de identidade perpetrada a partir do que se opõe pode ser observada na seguinte cantiga de amor de Dom Dinis (1279-1325)<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Período de reinado.

Proençaes soen mui bem trobar  
 e dizem eles que é com amor;  
 mais os que trobam no tempo da frol  
 e non em outro, sei eu bem que nom  
 am tam gram coita<sup>3</sup> no seu coração  
 qual m'eu por mha senhor vejo levar.

Pero que trobam e saem loar  
 sas senhores o mais e o melhor  
 que eles podem, são sabedor  
 que os que trobam quand' a frol sazom  
 a e, nom ante, se Deus mi perdom,  
 nom am tal coita qual eu ei sem parar.

Ca os que trobam e que s'alegrar  
 vam e-no tempo que tem a color  
 a frol comsigu'e tanto que se fôr  
 aquel tempo, logu' em trobar razom  
 nom am, nem vivem em qual perdiçom  
 oj' eu vivo, que pois m' a de matar. (LANG, 2010: 228)

Nesta cantiga o rei-trovador reconhece uma característica dos provençais: a de bem trovar. Afinal de contas, é muito provável que o próprio rei português tenha aprendido as formas do bem trovar com os provençais. O trovadorismo provençal, inclusive, é considerado como uma das fontes de inspiração do trovadorismo galego-português, sobretudo no que diz respeito às cantigas de amor, as quais nos revelam elementos constituintes do amor cortês que, contudo, não foram assimilados pelos ibéricos de uma forma ingênua e meramente reprodutiva. Evidentemente que havia a necessidade de se colocar dentro de uma norma estilística, transmitida pela *Arte de Trovar*<sup>4</sup>, porém houve transformações temáticas, como as barcarolas<sup>5</sup>, gêneros das cantigas de amigo<sup>6</sup>, consoante ao contexto específico dos peninsulares que conta com outras variantes de influência além dos provençais, como a poesia andaluza.

---

<sup>3</sup> Dor, sofrimento.

<sup>4</sup> Nome modernamente dado ao tratado fragmentário poético existente no Cancioneiro da Biblioteca Nacional que nos apresenta as definições dos gêneros das cantigas, as definições métrico-rítmicas, além de observações de cunho gramatical.

<sup>5</sup> Também chamadas de marinhas relacionam o elemento marítimo com o universo e a voz feminina.

<sup>6</sup> Cantigas nas quais o eu-lírico é feminino, diferente das cantigas de amor, em que o eu-lírico é masculino, como pode ser verificada na definição da *Arte de Trovar*: E porque algũas cantigas i há em que falam eles e elas outrossi, per én é bem de entenderdes se som d'amor, se d'amigo: porque sabede que, se eles falam na prim<eir>a cobra e elas na outra, <é d'>amor, porque se move a razon d'ele (como vos ante dissemos); e se elas falam na primeira cobra, é outrossi d'amigo; e se ambos falam em ùa cobra, outrossi é segundo qual deles fala na cobra primeiro. In: TAVANI, Giuseppe. *Arte de Trovar do*

A essa apropriação diferenciada de conteúdos e formas de outras produções literárias do período, José D'Assunção Barros (2006) dá o nome de *antropofagia cultural*, apropriando-se ele mesmo do conceito utilizado no modernismo literário brasileiro.<sup>7</sup> No contexto do trovadorismo galego-português o sentido dessa *antropofagia* diz respeito à multiplicidade cultural própria da Península Ibérica e, conseqüentemente dos atores do espetáculo trovadoresco que admitia o cristianismo, o paganismo e a poesia insolente e anticlerical dos goliardos.

Nesse sentido, é possível compreender o movimento trovadoresco como um movimento *antropofágico* de fato, uma vez que usufruiu de diferentes vertentes culturais mas converteu essas experiências em uma expressão própria, como as diferenças entre a quem era destinado o canto nas cantigas de amor: a lírica provençal o destinava à dama, geralmente casada, nos moldes do amor cortês. Por sua vez, a lírica galego-portuguesa cantava o amor à donzela.

Desta feita, pode-se dizer que a *antropofagia trovadoresca* contribuiu para o reconhecimento de indícios de uma identidade (cultural). Na cantiga anteriormente mencionada, há o reconhecimento pelo talento do outro que, entretanto, é interrompido pelo reconhecimento do que o diferencia de si: segundo Dom Dinis, os provençais são bons trovadores, mas não trovam com verdadeiro amor, pois só o sentem no *tempo da frol*, ou seja, na primavera. O verdadeiro amor, daquele que surge a *coita*, quem sente é Dom Dinis e, por consequência os do seu reino, não os provençais.

Nesta cantiga, o rei trovador, através de uma retórica literária, defende não só a sua arte, como trovador, mas a arte do seu reino. Segundo ele os provençais não sentem sobre o que cantam, mas somente se utilizam de um lugar comum temático, a da primavera e esta como a estação dos amores, diferente dos peninsulares que sempre carregam consigo o amor e a *coita* conseqüente desse sentimento. (MENDES, 2014: 50)

---

*Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa. Introdução, edição e fac-símile.* Lisboa: Edições Colibri, 2002.

<sup>7</sup> O movimento modernista situa-se no início do século XX e incluía os nomes de: Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira na literatura; Villa-Lobos na música; Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti na pintura, entre outros. O chamado Manifesto de Antropofagia foi inspirado em um quadro pintado por Tarsila do Amaral, o *Abapuru (aba: homem, poru: que come)*. Oswald de Andrade relacionou o sentido antropofágico da obra com a criação literária brasileira, muito dependente da produção estrangeira que deveria ser apreendida, mas como instrumento para uma criação nacional, pautada nos elementos característicos da cultura brasileira.

Estamos aqui perante uma profissão de fé que, mais do que um aspecto episódico de escrita, reflecte aquilo que faz a originalidade da sua poesia: essa dedicação a uma expressão do sentimento – em particular amoroso – que vem do fundo do ser, e não se limita a um registo formal que põe em prática, com a habilidade e a mestria do poeta, as regras da poesia medieval. D. Dinis, na sua biografia, foi sem dúvida um rei apaixonado, o que se pode verificar pelo número das suas barregãs e bastardos, sendo que a menos assídua da sua presença foi a própria rainha. Mas para lá deste facto biográfico, a leitura da sua poesia permite-nos encontrar um profundo conhecimento dos sentimentos e das relações amorosas que, quer nas cantigas de amigo quer nas de amor, constituem um complexo catálogo de situações desde o namoro ao amor adúltero. (Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas, 2011: 37-38)

Tal cantiga, portanto, além de funcionar como entretenimento para os frequentadores da corte régia, também trabalha como um discurso de identidade afirmada a partir da característica que diferencia Dom Dinis dos provençais, além de impor a sua personalidade literária. Podemos compreender esta composição também como uma forma de autopromoção, pois o rei afirma sua identidade de trovador e faz publicidade desta afirmação, uma vez que é sabido que as cantigas viajavam por entre as cortes ibéricas e, quiçá, provençais junto com trovadores e jograis.

Nesta cantiga,

cria-se uma oposição entre o “eu” lírico e o grupo dos trovadores provençais ( “eles” ), do qual aquele se exclui. A divisão surge a demarcar a actividade – “bem trovar” – pela especificação: “os que trovam no tempo da flor, e não em outro” fazendo um salto lógico para a comparação entre a diferença das “coitas” , transpondo-se para uma implícita relação de dependência entre o sofrimento de amor e a escrita.

Estabelece-se uma dicotomia entre “eu/eles” ; o “bem trovar” dos provençais vai ser caracterizado como efémero (sujeito ao “tempo da flor” ) esporádico e primaveril, associado a um amor natural. [...] Desenham-se, assim, dois tipos de amor que inspiram dois tipos de trovar – o provençal, que de bom se revela como leviano e negativo, pois é inspirado pelo amor instintual; e o do “eu” , “sabor” sofrendo a coita permanente do verdadeiro Amor que perdura além das estações. (FERNÁNDEZ; LOUÇÃO, 2009: 134)

Diante disso, podemos supor que Dom Dinis, através da sua retórica poética afirma que o trovar dos provençais não é movido pelo verdadeiro amor e, consequentemente, pela coita. Diferentemente, o rei português afirma que o seu trovar é

tão verdadeiro quanto o amor que sente por sua *Senhor*, ainda que coloquem isso em dúvida:

Senhor, dizem vos por meu mal  
que nom trobo com voss' amor,  
mais ca m'ei de trobar sabor;  
e nom mi valha Deus nem al  
se eu trobo por m'em pagar,  
mais faz-me voss' amor trobar.  
E essa que vos vai dizer  
que trobo porqye me pagu' em,  
e nom por vós que quero bem,  
mente; ca nom vejo prazer,  
se eu trobo por m'em pagar,  
mais faz-me voss' amor trobar.

E pero quem vos diz que nom  
trobo por vós que semp'r' amei,  
mais por gram sabor que m'end' ei,  
mente; ca Deus nom mi perdom,  
se eu trobo por m'em pagar,  
mais faz-me voss' amor trobar. (LANG, 2010: 202)

Nessa cantiga, Dom Dinis afirma que o seu trovar deve-se ao amor que sente pela *senhor*, ou seja, não é a primavera que o faz sentir o amor e a vontade de trovar, mas sim sua *senhor*.

Em outra cantiga, a relação com os provençais aparentemente é diferente:

Quer' eu em maneira de proença  
fazer agora um cantar d'amor,  
e querrei muit' i loar mha senhor  
a que prez nem fremosfera nom fal,  
nem bondade; e mais vos direi em:  
tanto a fez Deus comprida de bem  
que mais que todas las do mundo val.

Ca mha senhor quizo Deus fazer tal,  
quando a fez, que a fez sabedor  
de todo bem e de mui gram valor,  
e com tod' esto é mui comunal  
ali u deve; er deu-lhi bom sem,  
e desi nom lhi fez pouco de bem  
quando nom quis que lh' outra foss' igual.

Ca em mha senhor nunca Deus pos mal,  
mais pos i prez e beldad' e loor

e falar mui bem, e riir melhor  
 que outra molher; desi é leal  
 muit', e por esto nom sei oj' eu quem  
 possa compridamente no seu bem  
 falar, ca nom a, tra-lo seu bem, al. (LANG, 2010: 225-226)

Nessa cantiga de amor, ao contrário da anterior, Dom Dinis afirma trovar como os provençais. Os provençais nesse momento não são criticados, pois nessa composição o que está em jogo é a capacidade de se adequar à técnica trovadoresca provençal. A temática se insere: a mulher amada, a *senhor* é a mais bela de todas, é a que se destaca perante as demais no falar, no rir. O rei-trovador mostra-se, portanto, como um conhecedor da técnica, ele apresenta uma “consciência do acto poético” (ACTAS DOS ENCONTROS SOBRE D. DINIS EM ODIVELAS, 2011: 40) porque o trovador tem consciência da sua atividade artística. Dom Dinis nos diz que sabe trovar como os provençais, mas também nos diz que sabe trovar diferente, e com sinceridade. Dom Dinis tem consciência de sua atividade de trovador. Ele se reconhece como tal.

A consciência poética pode ser compreendida a partir da existência de uma técnica. Há algumas cantigas satíricas cujo mote são justamente aqueles que não seguem a regra ou a exageram demais. Nesse sentido, “o poeta seria tanto melhor quanto maior virtude canônica revelasse no uso dos processos, conteúdos e formas correntes” (CUNHA, 2004: 42). Nessa cantiga, ao afirmar que irá cantar à maneira provençal, o rei-trovador diz à sua corte que ele contém a virtude trovadoresca.

Diante disso, há que ter em mente o fato de que o ambiente trovadoresco é um espaço de veiculação de valores. Os elementos das cantigas “significam”, e em grande medida “significam politicamente” (LOPES, 2012: 5). O rei é um agente trovadoresco, mas não só. Ainda que trovador, ele não perde a majestade. Dessa forma, os valores ali perpetrados pelo próprio rei visam à legitimação do seu poder principalmente perante a nobreza, cujos privilégios busca cercar desde o início do seu reinado.

Dessa forma, Dom Dinis empreende um dirigismo cultural, nas palavras de José Augusto Pizarro (2008:56-57). Este utiliza tal termo para designar a atitude de Afonso X (1252-1284) em Castela que, além de ser um grande monarca, era avô de Dom Dinis, elementos que criam condições para um certo espelhamento do rei português nas ações do monarca castelhano no que condiz à busca de uma unidade tanto territorial, com a

delimitação de fronteiras, quanto cultural, uma vez que “D. Dinis é o responsável pelo arranque das estruturas, nomeadamente a nível administrativo e da própria identidade portuguesa. Assiste-se ao Portugal em definição de fronteiras: económicas, geográficas e culturais” (ACTAS DOS ENCONTROS SOBRE D. DINIS EM ODIVELAS, 2011: 13).

Em termos económicos podemos citar a preocupação com a construção naval e o fomento ao comércio e às feiras, que proporcionavam não só a atividade económica mas também ao povoamento, uma vez que fixava os indivíduos nas regiões ao seu redor, sobretudo em regiões fronteiriças. Já as fronteiras geográficas mostraram ser uma preocupação desde o início do reinado quando, através do Tratado de Alcanizes (1297) define a fronteira com Castela, além de promover a ocupação de terras dantes desabitadas ou mal povoadas e o desenvolvimento agrícola. Por fim, as fronteiras culturais podem ser observadas na aceção de que nas cantigas galego-portuguesas, não as provençais, é que se representa o verdadeiro sentimento do amor. Além disso, Dom Dinis é, de certa forma, o responsável pela consolidação do português, uma vez que a língua vernácula passa a registrar os documentos da Chancelaria, além de transmitir histórias de outros reinos, como ocorre com a tradução de algumas obras destes para o português. Ainda no âmbito cultural não se pode deixar de falar sobre a criação do Estudo Geral, em 1290, que visava a formação dos seus súditos sem a necessidade de recorrer às universidades de outras localidades.

Este, portanto, é um dos pilares a partir dos quais podemos identificar a construção de uma identidade. Outro pilar importante, sobretudo para a sociedade medieval, é a identidade construída a partir da legitimidade do rei que se faz através da evocação da sua origem, da sua linhagem, ou seja, a identidade também é legitimada e construída a partir de um amparo numa tradição ancestral, nos vínculos familiares, pois como já afirmava Parmênides, nada surge do nada e, portanto, é de suma importância analisar de onde, como surge o rei, assim como as pessoas que o cercam, pois tais relações podem ser presságio de condenação ou prosperidade de um reino.

No caso de Dom Dinis, sua linhagem e, mais precisamente o dia do seu nascimento revelariam bons agouros ao reino. A origem do rei-trovador é permeada por um halo de predestinação. Uma predestinação que deu certo. Dinis nasce sob a ilegitimidade, uma vez que Afonso III (1210-1279) ainda era casado com Matilde de Bolonha (1202-1258) quando casa-se também com Beatriz de Castela (1242–1303). Se

isto não bastasse, Afonso e Beatriz tiveram um filho antes de Dinis, Fernando, de forma que aquele não herdaria o trono, por não ser o primogênito, a não ser que o irmão morresse. E foi o que sucedeu. Aliado a isso têm-se as histórias em torno do seu nome e da luta que travou com um urso e sobreviveu.

Seu nome, se a sequência fosse seguida deveria ser Sancho, seu tio, destronado, com aceite do Papa, por Afonso III. Tal nome, portanto, não traria bons presságios para o reino. O nome então escolhido emana do santo patrono da realeza francesa, com a qual vincula-se por parentesco. O santo que lhe deu o nome teria sido invocado em uma de suas viagens pelo reino para ajudar a combater um urso que lhe atacou. Dom Dinis, portanto, superou todos os entraves do destino e se tornou rei de Portugal.

Também é interessante analisar a imagem de Dom Dinis que é transmitida na Crônica de Rui de Pina (1440-1522) que identifica o dito rei da seguinte maneira:

Efte foy do começo de feu Reyando atè o fim dele fempre em todos feus feytos muy excelente, e por feu bom nome conhecido, e eftimado por tal antre todos Reys do mundo, que teve em perfeçam tres virtudes, há faber verdade, juftiça, e nobreza, pelo qual hos homens que has tem, como ele teve, claramente fam avidos de humanos, por divinos, e mortais por imortais; e porque cada huma deftas ele fez com tal temperança, e affi fempre uzou que em cada huma delas mereceu de fer, e foy com rezam muito louvado [...]. (PINA:1)

A crônica é posterior ao período em que viveu Dom Dinis e, portanto, através dela podemos observar a imagem com a qual a posteridade identifica o rei. Tal identificação é feita a partir de suas virtudes, a saber: verdade, justiça e nobreza. Virtudes estas que compõem um bom rei, tal como foi Dom Dinis, nas palavras do próprio cronista.

D. Dinis (1261-1325) é, para os portugueses, um rei de boa memória, um bom rei, reconhecido entre os seus contemporâneos pelos bons feitos militares, administrativos, legislativos, judiciais e diplomáticos, pelo bom senso governativo, inteligência, sensibilidade, religiosidade e elevado nível cultural. E assim, também perdurou na memória das gerações que lhe sucederam, até hoje. (Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas, 2011: 71)

Esse pensamento pode ser confirmado pela crônica que segue enumerando os feitos e as qualidades do rei:

Foy Principe de bom faber; porque amou há juftiça fobre todas as coufas, e por effo foy para todos muy juftiçofo, e para fy obre todos jutiçado [...]. Nunca dele fe achou que diceffe mentira, nem quebra de fua verdade, e defendeo, e favoreceo muito hos lavradores, há que chamou nervos da terra, e do Reyno, e teve grande cuydado dos pobres, e minguados. (PINA:2)

Esse trecho reafirma as boas qualidades do rei e nos oferece uma informação que contribui para compreender um de seus epítetos: *O Lavrador*. A crônica revela que Dom Dinis considerava que os lavradores eram os nervos da terra, ou seja, imprescindíveis para o desenvolvimento do reino, declaração sintomática tendo em vista que Dom Dinis estimulou, efetivamente, o fomento da terra ao promover o incremento da agricultura.

Porém, ao analisar esse discurso é necessário ter em mente que as crônicas serviam a um propósito. Produzidas no ambiente régio e destinadas sobretudo ao rei, essas produções eram resultado de um processo de elaboração identitária forjadas a partir da reatualização do passado feita através da promoção de uma cristalização de atitudes excepcionais através da memória e da construção de modelos que seriam absorvidos e revalidados na imagem de um passado comum e de homens ideais (FERNANDES, 2013:43).

Tal concepção pode ser compreendida a partir da dedicatória da mesma crônica, perpetrada a D. João V (1689-1750) por Miguel Lopes Ferreyra, responsável pela edição desta e outras crônicas no século XVIII :

Efta, Senhor, he a Hiftoria de hũ dos mais gloriofos Principes, que teve a Monarchia Portugueza, porq fe fez taõ conhecido pela fua prudencia, q dous grandes Reys o elegeraõ por arbitro, e Juiz das contendas, que lhe pertubavaõ a paz de feus Vaffallos, e foy taõ venturofo, que mereceo ter por Efpoza huma Matrona, que pela grandeza das fuas virtudes, e dos feus milagres a veneramos hoje coroada no Ceo. Se me fora licito paffar dos limites de huma Dedicatoria, bem podia moftrar ao mundo a femelhãça do Neto com o Avo, mas baftarmeha dizer, que aquella virtude verdadeiramente de Principe, qual he a liberalidade, febdo por ella tam celebrado EIRey D. Diniz, V. Mageftade a tem praticado de forte, que o deiza infinitamente excedido. A Real Peffoa de V. Mageftade guarde Deos como feus vaffallos lhe dezejaõ. (PINA: s/p).

Percebe-se que esse trecho serve para elogiar D. João V que descende de Dom Dinis. Assim, além de enaltecer a herança linhagística também se exalta as virtudes provenientes desta. Na verdade, para o autor-súdito, D. João excede Dom Dinis em sua Majestade. Porém, tal comparação não poderia ser feita se o espelho do rei não fosse considerado virtuoso, o que não ocorre com Dom Dinis que é considerado como um dos mais gloriosos Príncipes da monarquia portuguesa devido à sua prudência que proporcionou, inclusive, o reconhecimento do dito rei por parte dos demais reis ibéricos.

De fato, Dom Dinis foi um rei bastante ativo em meio às desavenças reais ibéricas. “O efectivo papel que D. Dinis exerceu na política peninsular constitui, na verdade, uma das características mais relevantes do seu reinado” (PIZARRO, 2008: 86). Pode-se dizer que Dinis teve sua autoridade reconhecida, uma vez que era solicitado para mediar desavenças entre os reinos de Castela e Aragão.

Diante disso, mais do que recordar um grande homem e um passado glorioso, a crônica nos dá elementos para compreender quais as características que são enaltecidas num grande homem ou, melhor, quais características são necessárias para a formação de um grande homem e de um grande rei e que poderiam “ser lidas como exemplos para o caminho reto de monarcas e outros nobres” (GUIMARÃES, 2012:86).

Diante disso, podemos identificar duas formas como a identidade é utilizada. No primeiro caso em que abordamos as cantigas, é possível verificar que, com o auxílio de uma retórica poética, Dom Dinis reconhece sua identidade em relação ao outro, que é provençal, a partir da experiência trovadoresca e da prática amorosa. Assim, a identidade é definida através da alteridade e, sobretudo, da consciência e percepção da sua existência. Diferente do que alguns autores defendem, esse sentimento ainda não corresponde ao da nacionalidade, mas pode ser reconhecido como os moldes que lhe irão desenvolver posteriormente. O que podemos realmente identificar na cantiga de Dom Dinis é o fato de que, a partir do reconhecimento da diferença perante o outro também se reconhece o pertencimento a um grupo de valores, hábitos, técnica trovadoresca compartilhados pelo grupo social no qual está inserido, como o demonstram a terceira cantiga, na qual Dom Dinis proclama estar ciente das normas da produção trovadoresca.

A crônica também nos revela uma afirmação de identidade ou, ainda, uma reafirmação e reutilização dessa identidade, uma vez que os feitos, os bons feitos do passado servem como instrumento de legitimação dessa identidade e do próprio passado do reino. Tal legitimação é feita por meio de uma narrativa que justifica-se através do escopo da verdade que serve de exemplo para a sociedade da época em que foi redigida. A crônica, portanto, revisita a história e a utiliza como modelo de ação.

Da mesma forma, a crônica nos transmite o modelo de um bom rei. Dom Dinis apresenta diversas qualidades que contribuem para a formação de um bom rei: é justo, nobre e sábio. Além disso, o bom rei deve deixar uma boa imagem para a posteridade, pois os que o sucederão deverão usá-lo como exemplo. As fontes aqui analisadas demonstram que Dom Dinis foi um bom rei e, portanto, serviu de exemplo.

Nesse sentido, não só as cantigas são um monumento cultural, mas a própria figura do monarca se torna um monumento. Ele torna-se monumento porque coloca-se numa posição de superioridade perante aos demais tanto como trovador quanto como rei. Enquanto trovador reconhece a si mesmo como cânone poético, uma vez que afirma em uma cantiga que sabe como trovar como os provençais e, em outra, que sabe trovar melhor porque seu cantar envolve técnica e significado real. Dessa forma, coloca-se como um modelo a ser seguido tanto como trovador quanto como rei.

Tais fontes, cantigas e crônica, de fato, cumpriram o seu papel de serem as mensageiras de uma identidade, uma vez que é possível verificar na historiografia atual não só a afirmação de Dom Dinis como um exímio trovador e um fecundo rei, como também a sua associação com a formação da identidade portuguesa. Há, inclusive trabalhos que o definem como o Pai da Pátria portuguesa (LACHI, 2002) e outros que não utilizam tal epíteto, mas reconhecem em Dom Dinis um rei que promoveu o desenvolvimento do reino em diferentes vertentes, sendo o responsável, portanto, pela “construção de uma pátria, de uma língua, de uma ordem jurídica e de uma cultura própria” (ACTAS DOS ENCONTROS SOBRE D. DINIS EM ODIVELAS, 2011: 15) contribuindo assim para a construção daquilo que viria a ser definido como o ser português.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. A antropofagia trovadoresca – O trovadorismo galego-português nos séculos XIII e XIV e sua assimilação de influências externas e internas à Península Ibérica. **Revista de Letras**. Fortaleza, v.1/2, n.28, p.121-127, 2006. Disponível em < <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl28Art20.pdf> > Acessado a 11 de Fevereiro de 2014.
- CRUZ, Marcus. Identidade e historiografia na Alta Idade Média. **Anais do XIII Encontro de História, Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, p.1-8, 2008. Disponível em < [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212970909\\_ARQUIVO\\_IdentidadeehistoriografianaAltaIdadeMedia.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212970909_ARQUIVO_IdentidadeehistoriografianaAltaIdadeMedia.pdf) > Acessado a 1 de Março de 2014.
- D. DINIS. Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odívelas**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- FERNANDES, Fátima Regina (coord.). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013.
- \_\_\_\_\_. A construção da identidade monárquica portuguesa: dinâmicas de apoio e resistência. **Revista Signum**, Belo Horizonte, v. 14, n.2, p. 40-53, 2013.
- FERNÁNDEZ, José Carlos; LOUÇÃO, Paulo Alexandre (org.). **Dinis. O rei civilizador**. Lisboa: Ésquilo, 2009.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Capítulos de História: o trabalho com fontes**. Curitiba: Aymará, 2012.
- \_\_\_\_\_. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n.2, p.67-78, 2012. Disponível em < <http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/issue/view/8/showToC> > Acessado a 17 de Março de 2014.
- LACHI, Antonio Luiz. D. Dinis, o pai da pátria de Portugal: a criação da Universidade portuguesa e o seu significado para o reino. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, v. 4, n. 8, p.199-212, 2002. Disponível em < [http://www.unigran.br/revista\\_juridica/ed\\_anteriores/08/artigos/13.pdf](http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/08/artigos/13.pdf) > Acessado a 11 de Março de 2014.
- \_\_\_\_\_. D. Dinis, o pai da pátria de Portugal e o fortalecimento do poder monárquico: o papel dos juristas. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, v. 2, n. 4, p. 17-28, 2000. Disponível em < [http://www.unigran.br/revista\\_juridica/ed\\_anteriores/04/artigos/02.pdf](http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/04/artigos/02.pdf) > Acessado a 11 de Março de 2014.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galego-portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993.
- LANG, Henry R. **Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e estudos dispersos**. MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi (org). Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MENDES, Ana Luiza. **A história que se faz cantiga nas barcarolas galego-portuguesas**. São Paulo: Ixtlan, 2014.
- PINA, Rui. **Crônica de Dom Dinis**. Disponível em: <http://purl.pt/313/4/#/0>. Consultado em 2014/01/03).
- PINTO, Américo Cortez. **Diônisos. Poeta e Rey**. Lisboa: Secretaria de Estado do Ensino Superior, 1982.
- PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor. **D. Dinis**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1979.

**TAVANI, Giuseppe. Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa. Introdução, edição e fac-símile. Lisboa: Edições Colibri, 2002.**